

Fabio Gallo
Margarida Limena

O ponto de partida da reflexão sobre o Ensino Superior reside na definição da missão educativa e social fundamental da universidade, vinculada ao atendimento das necessidades da sociedade, ao fomento de um desenvolvimento humano sustentável e de uma cultura da paz. Esta é a missão que deve orientar as atividades de ensino, pesquisa, expertise, prestação de serviços à comunidade, o que requer uma universidade preparada para enfrentar os múltiplos desafios que se colocam permanentemente. Dentre estes, destacam-se alguns, essenciais à missão da universidade: contribuir para o conjunto do sistema educacional, responder às exigências do mundo do trabalho, em constante transformação; responder de forma ágil às demandas das novas tecnologias da informação; propiciar a formação competente de quadros para o ensino superior, importantes agentes multiplicadores; saber articular o fenômeno da globalização e da internacionalização da cultura à defesa das peculiaridades culturais e lingüísticas, contribuir para uma sociedade mais justa e equânime.

Os desafios e oportunidades que se colocam para as instituições de ensino superior exigem que se tenha presente o quadro complexo das sociedades na atualidade, por vezes, eivado de paradoxos: o desemprego estrutural crescente, que resulta, em boa parte, do avanço tecnológico e que se contrapõe à crescente massificação do ensino superior; o crescimento da pobreza e da miséria em muitos países, as ameaças ao ecossistema, os sinais de desintegração social – evidenciados pelas doenças nutricionais, como a fome e pelas doenças infecciosas, como a AIDS –, pelo aumento da violência, da criminalidade, dos índices de mortalidade de jovens, do alcoolismo, do consumo de drogas, do sempre anunciado esgotamento dos recursos energéticos. Tudo isto constitui um leque de problemas que evidenciam plenamente contrastes profundos entre as grandes realizações científicas, o exuberante poderio tecnológico das grandes

empresas transnacionais, colocando em destaque o papel das instituições de ensino superior.

Neste contexto, em que a universidade deve contribuir, direta ou indiretamente, para a solução de problemas, coloca-se, talvez, seu maior desafio: construir uma maior consciência sobre sua importância em relação ao desenvolvimento sociocultural e econômico e à construção do futuro, conforme destacado na *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*.¹

Sem deixar de lado os contextos institucionais, nacionais e regionais específicos, a universidade deve se voltar para as questões relacionadas à produção e disseminação do conhecimento tendo em vista sua qualidade. Nesta perspectiva, a dimensão internacional assume papel relevante: intercâmbio de conhecimentos, criação de redes, projetos e pesquisas internacionais, mobilidade de docentes e discentes devem fazer parte do escopo da universidade na atualidade, tal como indicado no Artigo 15 do documento supracitado, que se refere a “compartilhar conhecimentos teóricos e práticos entre países e continentes”:

O princípio de solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial para que a educação e a formação em todos os âmbitos motivem uma compreensão melhor das questões globais e do papel de uma direção democrática e de recursos humanos qualificados para a solução de tais questões, além da necessidade de conviver com culturas e valores diferentes. O domínio de múltiplos idiomas, os programas de intercâmbio de docentes e estudantes, e o estabelecimento de vínculos institucionais para promover a cooperação intelectual e científica devem ser parte integrante de todos os sistemas de educação superior.²

Este princípio tem orientado o movimento, do qual são signatárias várias instituições de ensino superior estrangeiras, que

¹ In: Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Paris, 5 a 9 de outubro de 1998. Unesco/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras: tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves. Brasília: Unesco/CRUB, 1999, p. 19.

² Idem, p. 31

sinaliza a oportunidade da PUC-SP, como instituição que busca a excelência, poder responder positivamente à questão da internacionalização. No entanto, temos que nos perguntar: como a PUC-SP irá responder a esta demanda? Quais implicações ocorrem a partir da adoção de determinado modelo de universidade? Quais as necessidades irão surgir para os alunos e professores no enfrentamento desses desafios?

Temos como certo que há em curso uma mudança cultural progressiva, que traz uma série de exigências: capacidade financeira para captação de recursos para pesquisa, resultante em um novo fluxo de professores visitantes e alunos além das fronteiras nacionais; superação de barreiras lingüísticas com treinamento e vivência internacional tanto para o corpo docente quanto o discente; adequação de currículos e de processos de ensino e aprendizagem, abrangendo a dimensão internacional; estabelecimento de convênios ativos com instituições educacionais e centros de pesquisa abrangendo as diversas áreas de conhecimento da universidade.

Essa nova perspectiva faz com que tenhamos que abordar a mobilidade internacional de maneira efetiva e, até mesmo, repensar os programas existentes na instituição, bem como a evolução e as tendências na globalização da economia do conhecimento. A existência de acordos internacionais multilaterais e o contínuo intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre os centros de pesquisa tornam a gestão das organizações educacionais ainda mais complexas.

Nesse contexto surgem novos desafios para a Universidade, como o aumento dos custos de pesquisa e desenvolvimento. A busca por órgãos de fomentos e outras IES parceiras para pesquisas buscam, em parte, compartilhar os gastos e riscos envolvidos na atividade de pesquisa acadêmica. Simultaneamente, formas sofisticadas de fundraising são necessárias, dada a nova dinâmica da produção acadêmica internacional.

Outra questão polêmica é a do livre comércio no âmbito de negociação do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) e potenciais implicações para as instituições de ensino superior e a integração do ensino superior aos tratados e acordos internacionais de comércio. A experiência européia com o Projeto de Bologna³ e o intercâmbio de créditos entre distintas instituições é um modelo que merece ser estudado, especialmente, em relação à América Latina. Outras experiências poderiam ser, também, melhor estudadas, como o Programa UNITWIN/Unesco (abreviação de University Twinning). Estabelecido em 1992, durante a Conferência Geral da Unesco, e concebido como um caminho para a pesquisa avançada, o treinamento e o desenvolvimento de redes do ensino superior, estimulando a cooperação inter-universitária, reúne, hoje, 638 departamentos de 60 universidades de vários países.

Temos várias possibilidades que dependem do desenvolvimento de uma política acadêmica da PUC-SP que possa fortalecer a internacionalização do ensino superior: acordos de dupla titulação com universidades parceiras, ainda em seu estágio inicial em nossa Universidade, como, por exemplo, entre o Curso de Relações Internacionais e a Science-Po, na França, deveriam ser ampliados e estendidos, abrangendo não apenas outros cursos de graduação, mas também, de especialização; ainda, seguindo a legislação e orientação da Capes, deveriam estender-se ao mestrado e ao doutorado. Pode-se pensar, também, em ações cooperativas em grande escala envolvendo o estabelecimento de uma estrutura para transferência de créditos,

³ O projeto refere-se ao Acordo de Bologna, que definiu um período de 11 anos (de 1999 a 2010) para concretizar uma das maiores reformas nos sistemas europeus de ensino; estes deveriam se tornar coerentes e compatíveis entre si, de forma a fortalecer o reconhecimento de competências e qualificações e a enfrentar a competitividade internacional (em especial, com as instituições americanas e canadenses), como Sistema de Ensino Superior Europeu. O Acordo ou Carta reafirmou princípios estabelecidos na Declaração de Sorbonne, sendo firmada, em junho de 1999, por 29 países europeus, reiterando a importância da educação para o desenvolvimento sustentável das sociedades tolerantes e democráticas. Atualmente, são signatários 45 países da Europa. O documento pode ser acessado em www.dges.mctes.pt/NR/Declaracao_Bolonha_portugues1.pdf. (N.E. - A declaração de Bolonha pode ser lida neste número de *ponto-e-vírgula*, pp. 133 – 136).

com ênfase nas necessidades dos países menos desenvolvidos e outros, onde o número de instituições de ensino superior não atende à demanda existente.

Outro aspecto liga-se à busca de alianças pela PUC/SP de “consórcios mundiais” com o objetivo de desenvolver e compartilhar conhecimento em cursos e pesquisas conjuntas. Pode-se aproveitar, deste modo, as oportunidades de novos arranjos que forneçam uma vantagem competitiva para seus respectivos núcleos educacionais, de forma a auxiliar a internacionalização da educação nos próximos anos. Para isto, a universidade deve favorecer e estimular o desenvolvimento de programas interdisciplinares e de colaboração nos diversos campos, nos níveis local, regional e internacional.

Apesar dos esforços na reforma do ensino superior na América Latina para acompanhar os novos processos, a região continua a ser marginal na geração e disseminação do conhecimento. Há a necessidade de identificarmos fatores, tais como, planos curriculares, redes de ensino e mobilidade de professores e alunos para impulsionar a PUC/SP na América Latina, África, países lusófonos e demais países emergentes no desenvolvimento dos saberes.

Torna-se cada vez mais importante, no cenário da educação superior delineado pela sociedade do conhecimento, o instrumento da cooperação internacional, como parte integrante das instituições. Para isto, uma política de internacionalização consistente deve se refletir em uma estrutura ou mecanismo próprio para a sua promoção e administração.

Uma visão global, de liderança, é necessária em um mundo não plano onde as diferenças culturais e sociais ainda importam e devem ser tratadas em suas especificidades. Mudanças econômicas e geopolíticas requerem um conhecimento inovador e não fragmentado, além de capacidade analítica para trabalhar com equipes acadêmicas distribuídas globalmente. É necessário, também, apropriar-se, de forma adequada e condizente com os princípios de qualidade e

excelência, das tecnologias de telecomunicações, para que novas formas de “mobilidade” venham a desempenhar um papel importante na busca da internacionalização do ensino superior.

Se a Universidade cumpre papel fundamental na sociedade contemporânea, isto se deve, sobretudo, a possuir imensos recursos, que formam seu capital cognitivo, acumulado por seus professores e pesquisadores ao longo de muitos anos, o que permitiu (e continua permitindo) a formação de várias gerações, bem como, balizou sua contribuição às necessidades da comunidade e da sociedade. Favorecer e estimular a troca de experiências e de conhecimentos em nível regional e internacional constitui passo decisivo para reforçar sua missão como universidade.